



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**DISPENSA ELETRÔNICO Nº 011/2025 – PMPF**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.011/2025 - SEMPLAF**

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**, realizará **DISPENSA ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL** na hipótese do art. 75, inciso II nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, diante das condições e do fundamento legal expressos no presente edital.

**DATA DA SESSÃO: 06/10/2025**

**LINK:** <https://licitanet.com.br/>.

**HORÁRIO DA FASE DE LANCES: 10h às 16h (HORÁRIO DE BRASÍLIA)**

**1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:**

1.1. O presente Termo de Dispensa encontra fundamentação legal no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2023 e alterado pelo Decreto nº 12.343 de 30/12/2024, que dispõe:

**Art. 75.** É dispensável a licitação:

II: Outros serviços e compras, antes abaixo de R\$ 50.000,00, agora com limite de R\$ 62.725,59.

1.2. **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE REDE LÓGICA DE DADOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA O PRÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA (SEMASC). Conforme Termo de Referência e Demais Especificações Contidas no Edital e Seus Anexos.

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
1	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO CAIXA SOBREPOR COM KEYSTONE FEMEA RJ45, IDENTIFICAÇÃO E CRIMPAGEM NO PADRÃO DA NORMA TIA/EIA 568A, COM INSTALAÇÃO DE CANALETAS EM PVC, PASSAGEM DE CABO DE REDE PAR TRANÇACADO ETHERNET MD9 CAT6	UND	46
2	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE MINI RACK DESMONTÁVEL DE PAREDE 12U – 19”, CRIMPAGEM DE PATCH PAINEL 24 PORTAS CAT6 NO PADRÃO DA NORMA TIA/EIA 568A, COM ORGANIZAÇÃO DE PATCH CORDS, SWITCHES, NOBREAKS E IDENTIFICAÇÃO DOS PONTOS	UND	1
3	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE ELETROCALHA 100X50X3000MM	UND	1
4	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DE NOBREAK 1500VA SENOIDAL	UND	1
5	SERVIÇO DE CONFIGURAÇÃO DE REDE SEM FIO DE ACCESS POINT WI-FI 6 DUAL BAND	UND	2
6	SERVIÇO DE CONFIGURAÇÃO DE SWITCH GERENCIÁVEL LAYER 2, 28 PORTAS GIGABIT ETHERNET RJ45 10/100/1000 MBPS, COM VLANS	UND	2
DESCRIÇÃO DE MATERIAIS			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
1	CABO DE REDE PAR TRANÇACADO ETHERNET MD9 CAT6, CERTIFICAÇÕES: ANATEL: 01145-04-00256, NORMAS: ANSI/TIA-568.2-D (CM), ISO/IEC 11801, ABNT NBR 14703, ABNT NBR 14705, UL 444 E DE ACORDO COM A DIRETIVA ROHS (RESTRICTION OF HAZARDOUS SUBSTANCES). CAIXA COM 305 METROS	CAIXA	5
2	CONECTOR MD9 RJ45 MACHO, CAT.6	UND	184
3	CONECTOR FÊMEA RJ45 CAT.6	UND	46
4	CAIXA SOBREPOR COM KEYSTONE 1 SAÍDA FÊMEA RJ45	UND	46
5	ELETROCALHA PERFURADA TIPO U 100X50X3000MM	UND	15



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

6	CURVA HORIZONTAL 90 GRAUS ELETROCALHA PERFURADA TIPO U 100X50	UND	5
7	CURVA VERTICAL 90 GRAUS ELETROCALHA PERFURADA TIPO U 100X51	UND	2
8	TEE ELETROCALHA PERFURADA TIPO U 100X50	UND	2
9	GANCHO VERTICAL 100X50MM ZINCADO	UND	25
10	BARRA ROSCADA 5/16"	UND	25
11	PORCA ROSCADA 5/16"	UND	50
12	ARRUELA LISA 5/16"	UND	75
13	PARAFUSO SEXTAVADO COM BUCHA S-10	UND	8
14	CHUMBADOR PARABOLT 5/16"	UND	25
15	PATCH CORD UTP CAT.6 DE 1,5M CERTIFICADOS ANATEL 1277-07-0256/1279-07-0256	UND	92
16	PATCH PAINEL 24 PORTAS CAT6, CARREGADO, NORMA: ANSI/TIA/EIA-568C-2.1	UND	2
17	GUIA DE CABOS PARA RACK DE TELECOM 19 POLEGADAS, 1U ORGANIZADOR DE CABOS	UND	4
18	RÉGUA TAMPA CEGA 1U PRETO PARA RACK MINI RACK 19 POLEGADAS	UND	6
19	RÉGUA RACK 19 POLEGADAS COM 12 TOMADAS, BIVOLT: 127/220V FREQUÊNCIA: 50/60 HZ, BARRAMENTO INTERNO: COBRE, PADRÃO PARA 20A, MATERIAL: CHASSIS METÁLICO COM PINTURA ELETROSTÁTICA, DIMENSÕES: PADRÃO 19", OCUPANDO APENAS 1U DE ESPAÇO, CABO E PLUG: NORMALIZADOS PARA MAIOR SEGURANÇA	UND	1
20	MINI RACK DESMONTÁVEL DE PAREDE 12U – 19" X PROFUNDIDADE: 570MM, DIMENSÃO EXTERNAS (L x A x P) 550 x 600 x 570 MM, COMPATÍVEL COM AS NORMAS IEC 60297-3-100 E IEC 60297-3-105	UND	2
21	KIT PORCA GAIOLA COM PARAFUSO	UND	48
22	VELCRO DUPLA FACE 25MM X 5 M	UND	5
23	ABRAÇADEIRA PVC 250MM X 3,6 MM - PACOTE COM 100 UNIDADES	UND	3
24	FITA ROTULADORA PARA IDENTIFICACAO DOS PONTOS	UND	2
25	KIT PARAFUSO SEXTAVADO COM BUCHA S-10	UND	35
26	BANDEJA FIXA VENTILADA 1U X 700MM COM 4 PONTOS DE FIXAÇÃO 19" - PRETO	UND	1
27	SWITCH GERENCIÁVEL LAYER 2, 28 PORTAS GIGABIT ETHERNET RJ45 10/100/1000 MBPS, FREQUENCIA DO BUFFER 500MHZ, MEMORIA SDRAM 128 MB, MEMORIA FLASH 32 MB, SLOTS MINI-GBIC/SFP 1000 MBPS: 4, PORTAS DE CONSOLE: 1, ALIMENTACAO DE ENERGIA: 100-240V, 50/60HZ, SUPORT	UND	2
28	NOBREAK SENOIAL BIVOLT, SNB 1500 BI, 1500 VA / 1050 W, TENSÃO DE ENTRADA: BIVOLT AUTOMÁTICO TENSÃO DE SAÍDA: 120 V, 6 TOMADAS DE SAÍDA de 20A, 2 BATERIAS DE 12 V 9 AH	UND	1
29	ACCESS POINT WI-FI 6 DUAL BAND, WI-FI 6 ULTRARRÁPIDO: 574 MBPS SIMULTÂNEOS EM 2.4 GHZ E 4804 MBPS EM 5 GHZ TOTALIZAM VELOCIDADES WI-FI DE 5378 MBPS, CANAL DE 160 MHZ, ALIMENTADO POR POE+, COM FONTE POE INCLUSA. COMPATIVEL COM MODELO: EAP670, MARCA TPLINK	UND	2
30	CANAleta PVC 20MMX20MMX2000MM COM ADESIVO	UND	100
31	CANAleta PVC 50MMX50MMX2000MM COM ADESIVO	UND	1

1.2.1. Havendo mais de um item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO GLOBAL**, observadas as exigências contidas



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

neste Aviso de Dispensa Eletrônica e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

**2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.**

2.2.1. A sessão virtual da Dispensa Eletrônica será realizada no seguinte endereço:

<https://licitanet.com.br/>.

2.2.2. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no mesmo endereço eletrônico.

2.2.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.3. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.3.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.3.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.3.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do termo de referência pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração termo, ou empresa da qual o autor do termo de referência seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.3.3.1. Equiparam-se aos autores do termo de referência as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.3.3.2. Aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.3.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e sociedades cooperativas.

**3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

3.2. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.3. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.3.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários,



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.5.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o **Termo de Referência**, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos;

3.9. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

3.10. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.10.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.10.2. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.10.3. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.10.4. Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.10.5. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.10.6. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.10.7. É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

#### **4. FASE DE LANCES**

4.2. A partir das **10h (horário de Brasília)** da data estabelecida neste Aviso de Dispensa Eletrônica, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.3. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.4. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.4.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.5. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de **R\$ 100,00 (cem)** reais que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

4.6. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.7. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.8. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.9. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento,



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.9.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

4.9.2. É vedado a identificação do licitante, até que se encerre a etapa de lances.

## **5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO**

5.2. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.3. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.3.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.3.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.3.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.4. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.4.1. Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta deverá encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, conforme modelo anexo, com os valores adequados à proposta vencedora.

**5.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.6.1. contiver vícios insanáveis;

5.6.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.7. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.7.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.7.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.8. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

5.11. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.12. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

5.14. O (a) Pregoeiro(a) poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

5.15. Caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação da habilitação ou ainda, o (a) Pregoeiro(a), a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio da documentação.

## **6. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

6.1. Para fins de habilitação, a licitante deverá enviar os seguintes documentos, observando o procedimento disposto deste Edital:

### **6.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- a) Cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Os documentos acima deverão apresentar o documento de constituição da empresa e as **alterações posteriores (quando houver)**, exceto se a **última alteração for consolidada**, caso contrário a empresa será inabilitada.
- d) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF)
- e) Declaração da proponente de que não pesa contra si, declaração de idoneidade (**Anexo III**).
- f) Quanto as microempresas e empresas de pequeno porte que tenham interesse em participar deste certame usufruindo dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar a documentação a seguir:
  - I.** Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado da licitante ou Certidão do Registro Civil de Pessoa Jurídica, emitida em até 90 (noventa) dias da data do registro da proposta.
  - II.** Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (**Anexo III**). A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, sujeitando-se as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

### **6.1.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

- a) Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (**CNPJ**);
- b) Regularidade perante a Fazenda **federal, estadual e municipal** da sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao **FGTS**, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- d) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (**CNDT**);
- e) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- f) As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, entretanto, ficam obrigadas a apresentar toda documentação exigida no edital, inclusive, as pertinentes à comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, **sob pena de inabilitação (Anexo III)**.

### **6.1.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- a) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a [120] dias da data designada para a apresentação do documento.
  - a.1) Para as praças onde houver mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas tantas certidões quantos forem os cartórios, cada uma emitida por um distribuidor.
  - a.2) As empresas interessadas em participar desta licitação e que estejam em processo de



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL deverão apresentar:

- a.2.1) CERTIDÃO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL expedida pelo órgão distribuidor da sede da licitante para este fim, datada de no máximo 30 (trinta) dias corridos anteriores à data de realização da sessão pública de processamento do presente pregão, se outro prazo não for definido na própria certidão.
- a.2.2) A certidão citada no item anterior deverá ser acompanhada de comprovação que seu plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, nos termos da legislação em vigor;
- a.2.3) A empresa em recuperação judicial com plano de recuperação acolhido, como qualquer licitante, deve demonstrar os demais requisitos exigidos pela legislação vigente para a efetiva habilitação econômico-financeira, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.
- b) **Balanco Patrimonial e demonstrações contábeis nos termos do artigo 69, inciso I da Lei 14.133/21**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, ou documentação equivalente, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios devidamente registrados na Junta Comercial, com apresentação dos termos de abertura e de encerramento dos livros (cópia autenticada ou digital), caso contrário estará automaticamente INABILITADA.
- c) As empresas que realizam a Escrituração Contábil Digital - ECD (via SPED CONTÁBIL, apresentarão documentos extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, na seguinte forma:
- I. Recibo de Entrega de Livro Digital; Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário Digital e Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED;
- II. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial de abertura ao período de existência da sociedade (Lei 14.133/21, artigo 65, § 1º) e no caso de empresa constituída a menos de 02 (dois) anos, os documentos limitar-se-ão ao último exercício (Lei 14.133/21, artigo 69, § 6º), devendo ambos estarem devidamente carimbados e a assinados pelo representante legal da empresa e do contador com firma reconhecida em cartório ou assinatura com certificado digital; ou, ainda, a cópia do Livro Diário, contendo o balanço de abertura, termo de abertura, inclusive contendo o carimbo e a assinatura do representante legal da empresa e do contador ou transmitida via Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, conforme incisos I e II acima;
- III. As empresas que estiveram inativas no ano anterior deverão apresentar cópia do recibo de entrega e da declaração de inatividade entregue à Receita Federal, apresentando o último balanço patrimonial que antecede à condição de inatividade.
- a) Prova de possuir capital social ou patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor de sua proposta de preços (art. 69, § 4º da Lei Federal 14.133/2021);
- b) A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), iguais ou superiores a 1,0 (um) resultantes da aplicação das fórmulas abaixo descritas, deverão ser apresentadas com o nome e assinatura e venha assinada com firma reconhecida pelo contador ou assinado com certificado digital, constando o número de registro no Conselho Regional de Contabilidade, a ser ratificada através dos seguintes índices:
- LG = 
$$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
- SG = 
$$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

LC =  $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

- e.1) **Nos casos em que as licitantes apresentarem resultado divergente, em qualquer dos índices citados nos índices de liquidez e não comprovarem o capital social ou patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) no mínimo, do valor total pretendido pelo licitante em sua proposta inicial, estarão inabilitadas.**
- e.2) O patrimônio líquido mínimo e os índices financeiros mínimos serão obtidos através do balanço patrimonial do último exercício financeiro já exigível, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. O penúltimo balanço patrimonial exigível será avaliado de forma complementar para demonstração da boa situação financeira da empresa.
- c) Declaração que contenha relação de compromissos assumidos, demonstrando que 01/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a administração pública e/ou com a iniciativa privada, vigente na data prevista para apresentação da proposta, não é superior a 100% (cem por cento) do patrimônio líquido, podendo este ser atualizado na forma do item anterior, devendo ser **assinada pelo representante legal e pelo contador** (conforme modelo anexo). Tal condição, consta no art. 69, §3º, da Lei nº 14.133/2021 entendido pelo Tribunal de Contas da União, que *pode ser demandado do licitante que apresente a relação dos compromissos assumidos que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados, ou seja, consideram-se apenas obrigações remanescentes dos contratos.* (Licitações e Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU)

**6.1.4. HABILITAÇÃO QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

- a) Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação – Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, quando for emitido por ente privado deverá este ser com firma reconhecida de quem o subscreveu.
- b) Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.
- c) Não serão aceitos atestados emitidos pelo licitante, em seu próprio nome, nem qualquer outro em desacordo com as exigências do Termo de Referência.
- d) Será considerado compatível com a quantidade o(s) atestado(s) que expressamente certifique(m) que o licitante já forneceu pelos 20% (vinte por cento) das quantidades descritas na proposta de preços apresentada na licitação.

**6.2. DA CONTRATAÇÃO**

- 6.2.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 6.2.2. O adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco)** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
- 6.2.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de **5 (cinco)** dias, a contar da data de seu recebimento.
- 6.2.4. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 6.2.5. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
- 6.2.6. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
- 6.2.7. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

6.2.8. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

6.3. O prazo de vigência será conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

6.4. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

## **7. SANÇÕES**

7.2 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

7.2.6. dar causa à inexecução parcial do contrato;

7.2.7. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

7.2.8. dar causa à inexecução total do contrato;

7.2.9. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

7.2.10. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

7.2.11. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

7.2.12. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

7.2.13. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

7.2.14. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato

7.2.15.

7.2.16. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

7.2.16.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

7.2.17. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

7.2.18. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.3. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 7.2.2. a 7.2.3. deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 7.2.8, 7.2.9, 7.2.10, 7.2.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

7.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.4.6. A natureza e a gravidade da infração cometida;

7.4.7. As peculiaridades do caso concreto;

7.4.8. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.4.9. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

7.4.10. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

7.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.6. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

7.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

7.8. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

7.9. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

7.10. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

7.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

7.12. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso

## **8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

8.1. Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.

8.2. O Aviso de Dispensa e seus anexos estarão disponíveis, na íntegra, no PORTAL LICITANET, endereço eletrônico <https://licitanet.com.br>.

8.3. Em caso de divergência entre disposições deste edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

8.4. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da lei Nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

8.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

8.6. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

8.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

8.8. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

- a) republicar o presente aviso com uma nova data;
- b) valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
- c) No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
- d) fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

8.9. As providências dos subitens acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

8.10. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

8.11. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.  
8.12. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

8.13. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.14. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

8.15. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

**9. DA AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE:**

9.1. Neste ato representado pelo Prefeito Municipal de Presidente Figueiredo, Sr. Prefeito Antonio Fernando Fontes Vieira, a vista da exposição dos motivos e fatos acima, alicerçado no respaldo legítimo do Art. 75, Inciso II, da Lei nº 14.133/2021, fica autorizada a Dispensa Eletrônica do respectivo objeto/serviço.

9.2. Integram este Aviso de Contratação direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**Anexo I** – Termo de Referência;

**Anexo II** – Modelo de Proposta (Especificações e quantidades);

**Anexo III** – Declarações Complementares (assinada pelo sistema Licitanet);

**Anexo IV** - Declaração Relação de Compromissos Assumidos;

**Anexo V** – Minuta do Contrato

9.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Presidente Figueiredo para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Presidente Figueiredo/AM, 30 de setembro de 2025.

**EUDIONE DO NASCIMENTO MARTINS**

Agente de Contratação

Decreto 3683 de 10/04/2025



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DO OBJETO**

**1.1.** O presente objeto constitui o **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE REDE LÓGICA DE DADOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA O PRÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA (SEMASC)**, para atendimento às necessidades da administração pública, de acordo com o quantitativo estimado, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência, condições quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

**2. JUSTIFICATIVA**

**2.1.** A mudança da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania (SEMASC) para o novo prédio representa uma oportunidade estratégica de modernização e aprimoramento dos seus serviços, entretanto, enfrenta diversas problemáticas que podem comprometer sua eficiência e acessibilidade.

**2.2.** A inexistência de uma infraestrutura instalada no novo ambiente impõe a necessidade de implantação completa de uma rede moderna e confiável, capaz de suportar as demandas atuais e futuras da secretaria, garantindo alta velocidade, confiabilidade e capacidade de expansão.

**2.3.** Sem uma estrutura adequada, o atendimento à população, especialmente nos programas sociais que exigem rapidez e precisão na gestão de dados, poderá ser prejudicado, além de dificultar a implementação de tecnologias assistivas que promovam a acessibilidade universal, elemento fundamental para garantir o direito de todos os cidadãos de acessarem os serviços públicos.

**2.4.** Para superar esses desafios, a instalação de uma infraestrutura de rede Gigabit Ethernet CAT 6, com fornecimento de materiais adequados, vem como uma solução eficiente, promovendo melhorias significativas na conectividade, segurança e desempenho dos sistemas internos da prefeitura. Essa infraestrutura possibilitará a operação de plataformas digitais modernizadas, reduzirá o tempo de resposta aos usuários e proporcionará maior estabilidade às operações, minimizando riscos de falhas e interrupções. Ademais, ao planejar e implementar uma infraestrutura completa, também se garante a redundância e escalabilidade necessárias para suportar o crescimento da secretaria, o que é fundamental diante das demandas crescentes da área social.

**2.5.** Além da melhora tecnológica, a implementação de uma infraestrutura acessível, aliada à elementos de acessibilidade, assegurará que toda a população, incluindo pessoas com deficiência, tenha plena facilidade e autonomia para usufruir dos serviços da SEMASC. Tal abordagem promove inclusão social, reduzindo barreiras físicas e tecnológicas. A longo prazo, esse investimento resultará em economia de recursos, devido à menor necessidade de manutenção corretiva e atualizações frequentes, além de promover maior satisfação e produtividade entre os servidores públicos, que atuarão em um ambiente mais eficiente e preparado para atender às demandas sociais.

**2.6.** Portanto, a instalação de uma infraestrutura de rede eficaz representa uma solução integral às problemáticas enfrentadas com a mudança, promovendo a modernização do prédio, a inclusão social, a agilidade nos atendimentos e a sustentabilidade dos recursos públicos, garantindo que a SEMASC possa cumprir sua missão de forma eficiente, acessível e inovadora na nova fase de atuação.

**3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAIS**

**3.1** A presente prestação de serviço será realizada nos termos do artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que permite as contratações diretas em razão do valor para compras e serviços, conforme atualização estabelecida pelo Decreto nº 12.343/2024.

**4. DA ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO MATERIAIS.**

**4.1. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO**



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.
1	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO CAIXA SOBREPOR COM KEYSTONE FEMEA RJ45, IDENTIFICAÇÃO E CRIMPAGEM NO PADRÃO DA NORMA TIA/EIA 568A, COM INSTALAÇÃO DE CANALETAS EM PVC, PASSAGEM DE CABO DE REDE PAR TRANÇACADO ETHERNET MD9 CAT6	UND	46
2	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE MINI RACK DESMONTÁVEL DE PAREDE 12U – 19”, CRIMPAGEM DE PATCH PAINEL 24 PORTAS CAT6 NO PADRÃO DA NORMA TIA/EIA 568A, COM ORGANIZAÇÃO DE PATCH CORDS, SWITCHES, NOBREAKS E IDENTIFICAÇÃO DOS PONTOS	UND	1
3	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE ELETROCALHA 100X50X3000MM	UND	1
4	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DE NOBREAK 1500VA SENOIDAL	UND	1
5	SERVIÇO DE CONFIGURAÇÃO DE REDE SEM FIO DE ACCESS POINT WI-FI 6 DUAL BAND	UND	2
6	SERVIÇO DE CONFIGURAÇÃO DE SWITCH GERENCIÁVEL LAYER 2, 28 PORTAS GIGABIT ETHERNET RJ45 10/100/1000 MBPS, COM VLANS	UND	2

#### 4.2. DESCRIÇÃO DE MATERIAIS

ITEM	DESCRIÇÃO DE MATERIAIS	UNID.	QUANT.
1	CABO DE REDE PAR TRANÇACADO ETHERNET MD9 CAT6, CERTIFICAÇÕES: ANATEL: 01145-04-00256, NORMAS: ANSI/TIA-568.2-D (CM), ISO/IEC 11801, ABNT NBR 14703, ABNT NBR 14705, UL 444 E DE ACORDO COM A DIRETIVA ROHS (RESTRICTION OF HAZARDOUS SUBSTANCES). CAIXA COM 305 METROS	CAIXA	5
2	CONECTOR MD9 RJ45 MACHO, CAT.6	UND	184
3	CONECTOR FÊMEA RJ45 CAT.6	UND	46
4	CAIXA SOBREPOR COM KEYSTONE 1 SAÍDA FÊMEA RJ45	UND	46
5	ELETROCALHA PERFURADA TIPO U 100X50X3000MM	UND	15
6	CURVA HORIZONTAL 90 GRAUS ELETROCALHA PERFURADA TIPO U 100X50	UND	5
7	CURVA VERTICAL 90 GRAUS ELETROCALHA PERFURADA TIPO U 100X51	UND	2
8	TEE ELETROCALHA PERFURADA TIPO U 100X50	UND	2
9	GANCHO VERTICAL 100X50MM ZINCADO	UND	25
10	BARRA ROSCADA 5/16"	UND	25
11	PORCA ROSCADA 5/16"	UND	50
12	ARRUELA LISA 5/16"	UND	75
13	PARAFUSO SEXTAVADO COM BUCHA S-10	UND	8
14	CHUMBADOR PARABOLT 5/16"	UND	25
15	PATCH CORD UTP CAT.6 DE 1,5M CERTIFICADOS ANATEL 1277-07-0256/1279-07-0256	UND	92
16	PATCH PAINEL 24 PORTAS CAT6, CARREGADO, NORMA: ANSI/TIA/EIA-568C-2.1	UND	2
17	GUIA DE CABOS PARA RACK DE TELECOM 19 POLEGADAS, 1U ORGANIZADOR DE CABOS	UND	4
18	RÉGUA TAMPA CEGA 1U PRETO PARA RACK MINI RACK 19 POLEGADAS	UND	6
19	RÉGUA RACK 19 POLEGADAS COM 12 TOMADAS, BIVOLT: 127/220V FREQUÊNCIA: 50/60 HZ, BARRAMENTO	UND	1





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

	INTERNO: COBRE, PADRÃO PARA 20A, MATERIAL: CHASSIS METÁLICO COM PINTURA ELETROSTÁTICA, DIMENSÕES: PADRÃO 19", OCUPANDO APENAS 1U DE ESPAÇO, CABO E PLUG: NORMATIZADOS PARA MAIOR SEGURANÇA		
20	MINI RACK DESMONTÁVEL DE PAREDE 12U – 19" X PROFUNDIDADE: 570MM, DIMENSÃO EXTERNAS (L x A x P) 550 x 600 x 570 MM, COMPATÍVEL COM AS NORMAS IEC 60297-3-100 E IEC 60297-3- 105	UND	2
21	KIT PORCA GAIOLA COM PARAFUSO	UND	48
22	VELCRO DUPLA FACE 25MM X 5 M	UND	5
23	ABRAÇADEIRA PVC 250MM X 3,6 MM - PACOTE COM 100 UNIDADES	UND	3
24	FITA ROTULADORA PARA IDENTIFICACAO DOS PONTOS	UND	2
25	KIT PARAFUSO SEXTAVADO COM BUCHA S-10	UND	35
26	BANDEJA FIXA VENTILADA 1U X 700MM COM 4 PONTOS DE FIXAÇÃO 19" - PRETO	UND	1
27	SWITCH GERENCIÁVEL LAYER 2, 28 PORTAS GIGABIT ETHERNET RJ45 10/100/1000 MBPS, FREQUENCIA DO BUFFER 500MHZ, MEMORIA SDRAM 128 MB, MEMORIA FLASH 32 MB, SLOTS MINI-GBIC/SFP 1000 MBPS: 4, PORTAS DE CONSOLE: 1, ALIMENTACAO DE ENERGIA: 100-240V, 50/60HZ, SUPORT	UND	2
28	NOBREAK SENOIAL BIVOLT, SNB 1500 BI, 1500 VA / 1050 W, TENSÃO DE ENTRADA: BIVOLT AUTOMÁTICO TENSÃO DE SAÍDA: 120 V, 6 TOMADAS DE SAÍDA de 20A, 2 BATERIAS DE 12 V 9 AH	UND	1
29	ACCESS POINT WI-FI 6 DUAL BAND, WI-FI 6 ULTRARRÁPIDO: 574 MBPS SIMULTÂNEOS EM 2.4 GHZ E 4804 MBPS EM 5 GHZ TOTALIZAM VELOCIDADES WI-FI DE 5378 MBPS, CANAL DE 160 MHZ, ALIMENTADO POR POE+, COM FONTE POE INCLUSA. COMPATIVEL COM MODELO: EAP670, MARCA TPLINK	UND	2
30	CANALETA PVC 20MMX20MMX2000MM COM ADESIVO	UND	100
31	CANALETA PVC 50MMX50MMX2000MM COM ADESIVO	UND	1

4.2.1. Serviços a serem realizados deverão respeitar os seguintes itens, com o fornecimento de todo o material necessário para a execução do contrato:

**A) Serviço de instalação de caixa sobrepor com KEYSTONE FEMEA RJ45:**

- Instalação de caixas sobrepor com conectores KEYSTONE FEMEA RJ45.

**B) Crimpagem e identificação de cabos:**

- Crimpagem de cabos de rede seguindo o padrão da Norma TIA/EIA 568A.
- Organização, etiquetagem e identificação dos cabos de rede.

**C) Instalação de infraestrutura predial:**

- Instalação de canaletas em PVC.
- Instalação de eletrocalhas de acordo com as especificações técnicas.
- Passagem de cabos de rede de alta performance, utilizando o método de trançado de cabos Ethernet MD9 CAT6.

**D) Instalação de mini rack:**

- Montagem de mini rack desmontável de parede de 12U – 19".

**E) Crimpagem e organização de patch painel:**

- Crimpagem de painel de patch de 24 portas CAT6, em conformidade com a norma TIA/EIA 568A.
- Organização, gerenciamento e etiquetagem de patch cords.

**F) Instalação de switches, nobreaks e pontos de rede:**



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

- Organização e instalação de switches gerenciáveis Layer 2, com 28 portas Gigabit Ethernet RJ45, suportando velocidades de 10/100/1000 Mbps.
- Instalação de nobreaks para assegurar a continuidade dos sistemas de rede.
- Organização e identificação dos pontos de conexão de rede.

**G) Instalação de infraestrutura de eletrocalha:**

- Instalação de eletrocalha de dimensões 100x50x3000mm para suporte e organização de cabos e componentes.

**H) Configuração de equipamentos de rede:**

- Instalação e configuração de nobreak de 1500VA, senoidais para garantir a estabilidade da rede.
- Configuração de rede sem fio (Wi-Fi 6 Dual Band) por meio de Access Points, garantindo cobertura e desempenho adequados.
- Configuração e parametrização de switch gerenciável Layer 2, incluindo VLANs para segmentação e segurança da rede.

**I) Configuração de computadores e impressoras:**

- Configuração de todos os computadores e impressoras da secretaria na nova rede, garantindo conexão, integração e funcionamento adequado com os sistemas internos e externos.

4.2.2. Esta descrição detalhada sobre todos os serviços necessários para garantir uma infraestrutura de rede moderna, segura, eficiente e preparada para suportar todas as operações da SEMASC na nova sede.

4.2.3. Os valores estão baseados em pesquisa de mercado, conforme artigo 23 da Lei nº 14.133/2021.

## **5. PRAZO DE EXECUÇÃO E ENTREGA**

5.1. Prazo de entrega: IMEDIATA após a emissão da ordem de serviço.

5.2. Local de entrega: Rua Taboca, bairro Centro – Presidente Figueiredo/AM.

5.3. Condições de recebimento: O recebimento será realizado após a conferência da conformidade com o Termo de Referência.

## **6. ESTIMATIVA DO PREÇOS**

6.1. A definição dos valores para prestação de serviços foi realizada com base em pesquisa de mercado, conforme artigo 23 da Lei nº 14.133/2021. A fonte utilizada foi orçamentos de fornecedores em anexo neste termo de referência.

6.2. O custo estimado da contratação é de **R\$ xxxxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx)**.

## **7. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA**

7.1. Dotação Orçamentária: Órgão: 02.08 Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania - SEMASC; Projeto Atividade: 08.244.0034.2012.0000 – Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania – SEMASC; Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; Fonte de Recurso: 1.500 – Recursos não vinculados de impostos.

## **8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

8.1. Para a escolha do fornecedor, serão observados os seguintes critérios:

- Menor preço e adequação às especificações do objeto.
- Regularidade Jurídica, fiscal, social e trabalhista, conforme artigo 62 da Lei nº 14.133/2021.

## **9. RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA**

9.1. A empresa contratada deverá:

- Atender rigorosamente às especificações descritas neste Termo de Referência.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

- Cumprir os prazos estabelecidos para a entrega do objeto.
- Garantir a qualidade dos bens ou serviços prestados.

**10. FORMATIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**

10.1. A prestação de serviço será formalizada por meio de:

- Ordem de Serviço e Nota de empenho.

**11. CONDIÇÃO DE PAGAMENTO**

- 11.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a entrega e conferência do objeto.
- 11.2. O pagamento será realizado de acordo com a emissão de Nota Fiscal/Fatura ou documento equivalente nos termos da Lei n. 14.133/21.
- 11.3. Nos documentos de cobrança, tais como requerimento de pagamento e recibos, deverá constar a identificação da agência e da conta corrente onde deverão ser efetuados os créditos devidos.
- 11.4. Certidões Negativas atualizadas: 1) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal e Estadual do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 11.5. Os **ATESTADOS** pela Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças.

**12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 12.1. A Administração reserva-se o direito de rescindir a prestação de serviço em caso de descumprimento das obrigações.
- 12.2. Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei nº 14.133/2021 e demais normativas aplicáveis.

Presidente Figueiredo/AM, 05 de agosto de 2025.

Elaborado por:

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

**Decreto XXX de 10/04/2025**

*Setor de Demandas da Secretaria Municipal de  
Assistência Social e Cidadania – SEMASC*

Aprovado por: **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

*Secretária Municipal de Assistência Social e Cidadania - SEMASC*

Portaria: nº XX de 02/01/2025



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

Apresentamos e submetemos a apreciação de Vossas Senhorias nossa proposta de preços, acatando todas as especificações consignadas no edital de licitação DISPENSA ELETRÔNICA Nº xx/2025 e seus anexos, conforme abaixo:

Colar tabela abaixo com os itens de acordo com cada entidade e as características estabelecidas no Termo de Referência do Edital de DISPENSA ELETRÔNICA Nº xx/2025.

Valor Global Total: R\$ \_\_\_\_\_ ( ).

Declaramos que:

1) Nossos preços propostos já estão incluídas todas as despesas, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, deslocamentos de pessoal, materiais e equipamentos necessários para entrega dos materiais e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto contratado.

VALIDADE DA PROPOSTA: xx (xxxxx) xxxx, contados da data-limite para a entrega das propostas.

Município de \_\_\_\_\_, dia \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
Assinatura, Nome, Cargo e Função

(Proprietário, Sócio ou Representante Legal da Empresa)



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**ANEXO III- MODELO DE DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES**  
**(Papel timbrado da licitante)**

**DISPENSA ELETRÔNICO Nº XXX/2025-PMPF**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2025 - XXXX**  
**OBJETO: XXXXXX**

DECLARAMOS , sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- I - a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- II - o enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;
- III - o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação
- IV - será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- V - o cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social
- VI - o cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- VII - a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema
- VIII - que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- IX - que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.
- X - que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- XI - que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- XII - que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; e
- XIII - que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, Lei 14.133/2021.
- XIV - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos
- XV - Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente deste órgão comprador, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau (Art. 14, IV, da Lei Federal nº 14.133/21)

Declaro ainda que: a proposta apresentada para participar da Dispensa Eletrônica, foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da Dispensa, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea ou suspensa, por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público

....., ... de ..... de .....  
(Local)(Data)

.....  
Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E/OU A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Declaro que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ (MF) no \_\_\_\_\_, inscrição estadual no \_\_\_\_\_, estabelecida em \_\_\_\_\_, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e/ou a administração pública:

NOME DO ÓRGÃO/EMPRESA	DESCRIÇÃO	VIGÊNCIA DO CONTRATO	VALOR GLOBAL	1/12 AVOS DO CONTRATO	SALDO REMANESCENTE

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Contador



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO**

CONTRATO Nº XXXX/2025, FIRMADO ENTRE PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL XXXXX E A EMPRESA XXXXXX, OBJETIVANDO XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, NA FORMA SEGUIR:

Aos XX (xxxxxxxx) dias do mês de xxxxxxxx do ano de 2025, neste município de Presidente Figueiredo/AM, na sede da Prefeitura Municipal, sede na Rua Urubuí nº 113 - Centro, Presidente Figueiredo/AM – CEP 69.735-000, presentes a PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO, pessoa jurídica de direito público, com seus atos constitutivos devidamente inscritos no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, sob o nº 04.628.681/0001-98, doravante designada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor ANTÔNIO FERNANDO FONTES VIEIRA, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 822732 SSP/AM e CPF nº 057.803.652-53, residente e domiciliar em Presidente Figueiredo/AM, doravante designada simplesmente CONTRATANTE, e no outro a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, pessoa jurídica de direito privado, com seus atos constitutivos devidamente inscritos no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, com sede na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, adiante designada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada por seu representante legal o(a) Sr(a). xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, brasileiro(a), solteiro(a)/casado(a), xxxxxxxxxxxx(a), portador da cédula de identidade nº xxxxxxxxxxxxxx e do CPF nº xxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado no xxxxxxxxxxxx, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº xxxxx/2025 – xxxxxe em observância às disposições do Art. 75, II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação nº xxxx/2025 - PMPF, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. XX.

1.2. Descrição do objeto da contratação:

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor total
------	-----------	--------	-------------	-------------

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital de Dispensa Eletrônica;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do(a) , na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
5. **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO** (art. 92, V)
  - 5.1. O valor total da contratação é de R\$...... ( ).
  - 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro, alimentação e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
6. **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO** (art. 92, V e VI)
  - 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.
7. **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE** (art. 92, V)
  - 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano.
  - 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
  - 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
  - 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
  - 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
  - 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
  - 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
  - 7.8. O reajuste será realizado por termo de aditivo.
8. **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE** (art. 92, X, XI e XIV)
  - 8.1. São obrigações do Contratante:
    - 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
    - 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
    - 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
    - 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
    - 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
    - 8.10. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
    - 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 trinta dias.
    - 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
    - 8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
  - 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.
  - 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
  - 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9. **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO** (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com a legislação vigente, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.8. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.22. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.23. Garantir o acesso do contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

9.24. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.25. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

9.26. Disponibilizar ao contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI.

9.29. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na

9.30. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.31. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o contratado relatar ao contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;(quando for o caso);

9.32. Os serviços deverão ter garantia de no mínimo 3 meses;

9.33. Todo material necessário para a perfeita execução do objeto da presente dispensa deverão ser de qualidade.

9.34. Demais obrigações devem ser observadas junto ao, Termo de Referência do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto/serviço da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d”





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV. Multa:

1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

2. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “a” a “d” do subitem 11.1, de 5% a 20% do valor do Contrato.

4. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL** (art. 92, XIX)

12.1.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto

12.1.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma físico-financeiro.

12.1.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados deste exercício do ano de 2025.

14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS** (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal nº 199/2023 de 1º de Dezembro de 2023 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal nº 199/2023 de 1º de Dezembro de 2023.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento)

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO** (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da comarca de Presidente Figueiredo/AM para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

local, de de 2025.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Testemunhas:

1-

2-